

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.933 - RS (2019/0219262-6)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
EMBARGANTE : **MAIQUITO CALCADOS E ACESSORIOS EIRELI**
ADVOGADOS : **FRANK GIULIANI KRAS BORGES - RS048084**
 CARLOS DUARTE JUNIOR - RS052776
 MARCEL HIKARI KIMURA - RS086995
 MARK GIULIANI KRAS BORGES E OUTRO(S) - RS050889
EMBARGADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Maiquito Calçados e Acessórios Eireli contra decisão que não conheceu do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional em razão da fundamentação eminentemente constitucional do acórdão regional.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão embargada apresenta erro material em relação aos honorários advocatícios sucumbenciais recursais. Afirma que a sua majoração para 11% (onze por cento) sobre o valor da causa não implicou aumento da verba honorária, pois esse foi o mesmo percentual fixado pelo Tribunal regional.

Não foi apresentada impugnação aos embargos de declaração (e-STJ fl. 366).

Os embargos de declaração têm a finalidade de sanar a decisão judicial eivada de obscuridade, contradição omissão ou erro material.

Após nova análise processual, provocada pela oposição dos embargos de declaração, observo haver erro a ser sanado, razão pela qual procedo à sua correção nos termos abaixo.

Onde se lê:

Por força do art. 85, § 11, do CPC/2015, a verba honorária de sucumbência arbitrada na sentença, 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (e-STJ fl. 103), há de ser majorada, de modo a ser fixada em onze por cento 11% (onze por cento), respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL e, nessa parte, NEGAR-LHE PROVIMENTO; e majoro a verba honorária de sucumbência, restando fixada em 11% (onze por cento) sobre o valor da causa, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Leia-se:

Por força do art. 85, § 11, do CPC/2015, a verba honorária de sucumbência arbitrada na sentença em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (e-STJ fl. 103), posteriormente aumentada em 1% (um por cento) pelo Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem (e-STJ fl. 150), há de ser majorada, de modo a ser fixada em 12% (doze por cento), respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL e, nessa parte, NEGAR-LHE PROVIMENTO; e majoro a verba honorária de sucumbência, restando fixada em 12% (doze por cento) sobre o valor da causa, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para corrigir o erro material nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator